

Ponencia para Eje temático: Etnoecología

## **Conocimiento Ecológico Local para Cogestión en Áreas Protegidas con base en la *Etnoecología Abrangente***

### **Conhecimento Ecológico Local para Cogestão em Áreas Protegidas à Luz da *Etnoecologia Abrangente***

**Paula Chamy** – pesquisadora colaboradora Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais da Universidade Estadual de Campinas (NEPAM/UNICAMP) [paula.chamy@gmail.com](mailto:paula.chamy@gmail.com), tel. (55 11 974153568); **Rodrigo Rodrigues de Freitas** – Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL) [rodrigo.freitas3@unisul.br](mailto:rodrigo.freitas3@unisul.br); **Ana Carolina Esteves Dias** – Doutoranda em Sustentabilidade Social e Ecológica (University of Waterloo) [dias.ac09@gmail.com](mailto:dias.ac09@gmail.com); **Camila Alvez Islas** – Doutoranda em Ecologia no Instituto de Biologia (UNICAMP) [camilaai@hotmail.com](mailto:camilaai@hotmail.com); **Cristiana Simão Seixas** – NEPAM (UNICAMP) [csseixas@unicamp.br](mailto:csseixas@unicamp.br).

#### **Resumo**

Há mais de 300 anos o conhecimento científico e tecnológico se tornou o fetiche da humanidade, relegando ao saber costumeiro e tradicional um papel secundário. No entanto, o enfoque científico tomado isoladamente tem se mostrado insuficiente para compreender e responder aos problemas complexos apresentados pelos sistemas socioecológicos. As formas costumeiras de apropriação e utilização de recursos naturais por comunidades locais estão estruturadas sobre crenças e sistemas cognitivos e classificatórios complexos, moldadas há gerações pela sobrevivência nos ambientes naturais. Compreender a diversidade de representações do ambiente natural e os fatores que influenciam as práticas das comunidades, é fundamental para a promoção da gestão e conservação dos recursos naturais de uso comum. O grupo de pesquisa e extensão em Conservação e Gestão Participativa de Recursos de Uso Comum (CGCommons) se dedica à estudos e projetos que envolvem temas relacionados ao conhecimento local e atividades de pequenos produtores (e.g., pescadores artesanais, comunidades rurais, extrativistas) que manejam recursos naturais em ecossistemas diversos (e.g., florestas, rios, mares, e paisagens rurais). Neste artigo foram reunidos trabalhos de pesquisa realizados pelos membros do CGCommons entre os anos de 2005 e 2017 em comunidades afetadas por áreas protegidas no estado do Rio de Janeiro (Brasil). O **objetivo** do estudo é identificar, a partir do arcabouço teórico da **Etnoecologia Abrangente** proposto por Marques (2001), como o conhecimento ecológico e as práticas locais podem auxiliar a gestão dos sistemas socioecológicos em áreas protegidas. Foi realizada uma revisão sistemática do corpo de conhecimento ecológico para identificar padrões nos resultados dos estudos realizados pelo grupo. As variáveis utilizadas para a revisão sistemática foram: i) descritivas (local de estudo, tipo de área protegida existente no estado do Rio de Janeiro, tipo de comunidade local, recursos utilizados); e, ii) analíticas: bases cognitivas, cinco bases conexivas universais (conexão entre seres humanos e minerais, vegetais, animais, com o sobrenatural e seres humanos entre si) com os tipos e as bases conflitivas que envolvem a apropriação e uso dos recursos naturais. Os estudos de caso selecionados foram: i) as Reservas Extrativistas Marinhas (ResexMar) da Praia de Itaipu em Niterói e Arraial do Cabo, que permitem o uso sustentável dos recursos naturais; ii) a Vila Histórica de Mambucaba, em Angra dos Reis e Tarituba, em Paraty, ambas influenciadas pela Estação Ecológica (ESEC) de Tamoios, uma unidade de conservação de proteção integral; e iii) Praia do Sono, localizada em Paraty, sobreposta por duas unidades de

conservação: uma que permite o uso sustentável dos recursos, a Área de Proteção Ambiental (APA) Caiuru e outra de proteção integral, a Reserva Ecológica Estadual da Juatinga (REEJ) . Os resultados indicam transformações do modo de vida das comunidades litorâneas a partir da década de 1970 ocasionada, principalmente, pelos seguintes fatores: i) movimentos de conservação da natureza pelo poder público com a criação de Unidades de Conservação (UCs) em regiões de Mata Atlântica; ii) restrições ao extrativismo e atividades agrícolas próprias das comunidades; iii) especulação imobiliária; iv) aumento do turismo com exclusão das comunidades locais dos espaços de uso comum; v) abertura de mercado devido a perda de isolamento dessas comunidades. Tais limites impostos pelo poder público e práticas do mercado limitaram a diversidade de práticas das comunidades litorâneas baseadas em ciclos da natureza (caça, pesca, extrativismo e agricultura). No que diz respeito às variáveis analíticas, foram identificadas acúmulo de conhecimento local em todas as conexões propostas por Marques (2001): 1. Ser humano-mineral: na distribuição espacial das espécies de pescado conforme substrato marinho e estratificação da coluna d'água; tipos de solo para construção de armadilhas de caça e tocas. 2. Ser humano-vegetal: confecção de canoas, armadilhas, redes de pesca, cultivos de vegetais diversos (roças), uso de plantas medicinais; 3. Ser humano-animal: conhecimento apurado sobre espécies de pescado e animais de caça no que se refere à cadeia trófica, dimorfismo sexual e ciclo reprodutivo de algumas espécies; uso medicinal de espécies (e.g., lagarto); entretenimento das crianças (e.g., caça com bodoque); nomenclatura geográfica local (associada a presença das espécies); artesanato e finalidades domésticas; 4. Ser humano-ser humano: regras costumeiras foram identificadas nos estudos como respeito a sazonalidade da caça, sigilo de pontos de pesca, reciprocidade, regras de trabalho e de remuneração. 5. Ser humano-sobrenatural: existem componentes sobrenaturais em todas as comunidades, representadas por santos católicos (que nomeiam também pontos geográficos), vertentes evangélicas, vestígios de figuras como benzedeiras e rezadores e sincretismo religioso (e.g., incorporação de elementos de tradições afrodescendente como ocorre em Mambucaba). Em todas as comunidades foram identificados conflitos. Destacam-se os existentes: i) entre pescadores (internamente e com pescadores de embarcações maiores e de outras localidades); ii) entre pescadores e turistas; iii) entre comunidades e UCs e; iv) entre membros da comunidade que exercem atividades diversas nos espaços comuns (e.g., pescadores e operadores de mergulho recreativo ou turismo embarcado). Os conflitos identificados nos estudos podem ser classificados em relação ao uso do espaço, acesso aos recursos e assimetria de poder. As comunidades litorâneas estudadas possuem muitos vetores de transformação comuns que alteraram o modo de vida das comunidades. Poluição, estradas para favorecer a especulação imobiliária, aumento do turismo, introdução de novas tecnologias e infraestrutura como eletricidade são alguns exemplos. Além dos estudos terem identificado alteração do conhecimento local decorrente das restrições impostas pelas UCs que proíbem o extrativismo de árvores e espécies de plantas para confecção de canoas e material de pesca, plantas medicinais, caça e excluem ou delimitam muitos espaços tradicionalmente utilizados por pescadores locais, verifica-se o recrudescimento de conflitos que prejudicam a gestão das UCs e adoção de alternativas frente às transformações ocorridas. Incorporar o conhecimento local dessas comunidades em práticas de gestão é um elemento central para a construção de acordos que busquem a sustentabilidade socioecológica. Muitas contribuições do conhecimento local que podem auxiliar a cogestão de sistemas socioecológicos foram identificadas nesses estudos (e.g., regras costumeiras, localização, períodos de reprodução, sazonalidade e berçários de espécies.) e a Etnoecologia Abrangente, ao identificar as diferentes dimensões das relações socioecológicas que envolvem o conhecimento local, forneceu elementos sólidos para sínteses dos estudos do grupo.

**Palavras-Chave:** etnoecologia, comunidades locais, Brasil, sistemas socioecológicos, unidades de conservação.